

African Economic Outlook 2005/2006

Summary in Portuguese

Perspectivas Econômicas da África 2005/2006

Sumário em Português

Sumário

Os 30 países analisados nesta quinta edição das Perspectivas Econômicas da África representam aproximadamente 86% da população africana e 90% da sua produção econômica. Esses países são:

- Na África do Norte: Argélia, Egito, Marrocos e Tunísia.
- Na África do Oeste: Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Gana, Mali, Niger, Nigéria e Senegal.
- Na África Central: Camarões, Chade, a República do Congo, a República Democrática do Congo, o Gabão e o Ruanda.
- Na África do Leste: Etiópia, Quênia, Madagascar, Ilhas Maurício, Tanzânia e Uganda.
- No Sul da África: Angola, Botsuana, Malawi, Moçambique, África do Sul e Zâmbia.

Esta avaliação comparativa oferece uma ampla perspectiva do continente, formulando os estudos dos países e análises suplementares do Centro de Desenvolvimento da OCDE e do Banco de Desenvolvimento Africano. Na edição deste ano, é dada ênfase particular à promoção e ao financiamento da infra-estrutura de transporte (TI).

Estima-se que a atividade econômica na África cresceu em quase 5% em 2005, e prevê-se que cresça em 5,8% e 5,5% em 2006 e 2007, respectivamente. No entanto, os países exportadores de petróleo estão ultrapassando os outros graças com margens significativas. Além disso, alguns países continuam enfrentando sérios problemas – incluindo-se o desastre humanitário na região do Darfur, no Sudão, o colapso econômico no Zimbábue, a seca e a crise alimentícia que afetam várias áreas em muitos países do Leste, do Oeste e do Sul da África, conflitos e distúrbios políticos na Etiópia, Costa de Marfim e na região Leste da República Democrática do Congo, assim como problemas de

segurança na região do Delta do Níger, rica em petróleo que, provavelmente, provocarão entraves nas suas perspectivas de crescimento.

No entanto, a perspectiva para grande parte da África continua sendo mais favorável de que o foi durante muitos anos. A expansão global contínua – com a demanda sustentável concomitante para o petróleo e outros materiais industriais brutos a preços mais altos – o aumento significativo da ajuda oficial ao desenvolvimento na África, amplamente liderado pela isenção das dívidas e pela assistência emergencial, assim como a melhoria da estabilidade macroeconômica contribuíram para essas perspectivas econômicas positivas. Além disso, o crescimento foi estimulado pelo aumento da produção de petróleo no Sul e no Centro da África e por algumas melhorias na situação da segurança.

A inflação permaneceu em níveis historicamente baixos, apesar do aumento dos preços do petróleo. Em muitos países, houve uma melhoria do equilíbrio comercial, com maiores lucros para os exportadores de petróleo e de minérios de metal, embora alguns países tenham sido prejudicados pelas faturas de importação mais altas e preços mais baixos de alguns produtos agrícolas, e em particular o cacau e o algodão. Os lucros excepcionais gerados pelos preços dos produtos de consumo melhoraram as finanças públicas, sobretudo nos países exportadores de petróleo. Será preciso gerenciar esses lucros cuidadosamente, com uma proporção importante consagrada ao investimento no transporte e outras infra-estruturas, bem como no desenvolvimento dos recursos humanos, para implementar as bases de um crescimento econômico sustentado, uma vez que o aumento atual dos produtos de consumo acabou sua corrida.

Nesse aspecto, as Perspectivas identificam os esforços recentes realizados por vários países exportadores de petróleo para melhorar a transparência nas operações do setor petrolífero e introduzir regras fiscais relativas ao emprego dos lucros originados do petróleo. Entretanto, a manutenção dessas políticas não é feita sem dificuldades, em razão das pressões políticas, como foi demonstrado pela recente controvérsia sobre o emprego dos lucros do petróleo no Chade.

O desafio enfrentado pelos países importadores de petróleo tem, obviamente, algo diferente. As previsões de crescimento do PIB nessa edição das AEO estão associadas aos aumentos do déficit da conta corrente, resultantes de maiores preços sustentados do petróleo, mesmo quando o aumento dos preços dos produtos de consumo não derivados do petróleo surge como se tivessem acabado sua corrida. Assim, as previsões assumem que os fundos adicionais requeridos para financiar os déficits serão iminentes. Em vários países, os controles de preços e subsídios protegeram os consumidores dos efeitos totais do aumento dos preços do petróleo, e essas políticas poderiam se revelar não sustentáveis. Esse conjunto de desafios para as políticas macroeconômicas é um dos riscos de queda que se deve ter em mente ao avaliar as perspectivas econômicas usuais na África.

Um outro desafio é associado ao aumento dos grandes desequilíbrios na economia mundial. Se estes forem superados desordenadamente, com movimentos bruscos nítidos nas taxas cambiais, não se pode excluir um declínio precipitado na renda mundial e, portanto, na demanda de exportações africanas.

Após um declínio significativo durante grande parte da última década, os níveis de subsídios têm aumentado significativamente nos últimos tempos, e o continente africano foi o que mais se beneficiou com esses subsídios.

O lançamento da NEPAD, o consenso de Monterrey sobre o financiamento do desenvolvimento em 2002, e a implementação da iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados (PPME), assim como os compromissos assumidos na Cimeira do G8 em Gleneagles – espera-se que estes facilitem ainda mais significativamente os encargos da dívida externa – todos desempenharam papéis importantes no fluxo crescente de financiamento do desenvolvimento na África. No entanto, deve-se verificar se o valor da ajuda continuará aumentando, quando o surgimento temporário da isenção da dívida e da ajuda emergencial forem coisas do passado.

Portanto, a questão é saber se os doadores serão ou não capazes de mobilizar recursos em quantidades suficientes para cumprir seus compromissos, que já estão muito abaixo dos valores requeridos para ajudar a maioria dos países a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2015. Assim, o relatório sobre o progresso dos ODM confirma o diagnóstico dos últimos anos das AEO; conforme as recentes tendências, somente seis países africanos – a maioria deles no norte da África – têm chances de alcançar os objetivos principais de diminuir pela metade a proporção da população que vive com menos de um dólar por dia.

Nesse aspecto, os anos 2005 e 2006 testemunharam o desenvolvimento de uma série de novas iniciativas visando a providenciar uma ajuda maior e mais eficiente até 2015. As Perspectivas avaliam essas iniciativas e revisam os acordos quadros significativos que se alcançaram no Encontro Ministerial da OMS em Hong Kong em 2005, na Rodada de Doha sobre os avanços comerciais multilaterais. Isto cumpre a promessa de reduzir os subsídios agrícolas nos países desenvolvidos e de diminuir significativamente as barreiras comerciais que dificultam o acesso ao mercado dos bens africanos. Especificamente, os acordos quadros chamam para a eliminação dos subsídios à exportação, em particular no setor algodoeiro, e para a redução dos apoios nacionais distorcendo o comércio, assim como para uma diminuição substancial das tarifas e um programa específico para sua implementação. Fora da Rodada de Doha, a elevação das restrições das quotas comerciais e têxteis, desde o início de 2005, representou um difícil desafio para os países exportadores de têxteis na África (incluindo-se os países norte-africanos, Ilhas Maurício e Madagascar), por serem vulneráveis à concorrência dos países asiáticos, especialmente a China.

Sendo reconhecido o seu papel vital no crescimento econômico e na redução da pobreza, a ênfase dada à promoção da boa governança se intensificou nos últimos anos.

Nesse sentido, o NEPAD desempenhou um papel importante. Portanto, espera-se que o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares forneça uma avaliação exata dos países africanos e incentive o progresso dessa governança. Gana é o primeiro país a completar tal avaliação. As Perspectivas mencionam que a democracia começou a se enraizar em muitos países na última década, através, por exemplo, de progressos substanciais nos processos eleitorais, enquanto os conflitos começavam a se acalmar. A corrupção, porém, continua prevalecendo em vários países e, apesar dos progressos no gerenciamento macroeconômico e no ambiente regulamentar, é preciso fazer mais para assegurar um ambiente que conduza ao desenvolvimento do setor privado.

Este ano, o tema especial das AEO é a promoção e o financiamento das infra-estruturas de transporte. Muitos problemas atingem as estradas africanas, as vias ferroviárias, os portos e o espaço aéreo, desde o planejamento incorreto e o mau gerenciamento até a falta de segurança e de manutenção e a regulamentação inadequada. O resultado é que o péssimo estado da infra-estrutura, a má qualidade dos serviços de transporte oferecidos, assim como seu alto custo para os consumidores, combinam-se para deixar inúmeras pessoas, e especialmente os mais pobres entre os pobres, em estado de mobilidade paralisada.

Além do mais, os benefícios potenciais da inserção da África na economia mundial são realizados apenas minimamente, e permanecem os maiores obstáculos à união dos estados e das províncias de um mesmo país, e das nações, no âmbito regional. Os governos africanos e seus parceiros de desenvolvimento reconhecem, cada vez mais, a importância da infra-estrutura de transporte, para facilitar o crescimento econômico e alcançar os ODM. Na última década, foram feitas muitas tentativas para planejar mais precisamente as necessidades relativas aos transportes e facilitar uma maior participação privada no investimento e gerenciamento dos transportes.

Atrair tal envolvimento apresenta problemas: identificação dos investidores potenciais; aumento dos recursos financeiros; elaboração de contratos sadios; melhoria dos quadros regulamentares; e previsão dos fluxos de renda. Além do mais, há limites ao que pode ser alcançado deste modo, e ambos os governos africanos e a comunidade de doadores precisarão continuar desenvolvendo abordagens inovadoras para aumentar os recursos adicionais públicos e privados e aprender a utilizá-los mais eficientemente, na intenção de providenciar mais e melhores infra-estruturas de transporte para os povos africanos.

© OECD 2006

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilíngües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

